

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

**REQUERIMENTO Nº ,de 2009
(Da Sra. SUELI VIDIGAL)**

Requer a realização de Audiência Pública para esclarecimentos referente ao contrato do Aeroporto de Vitória, bem como a nova licitação e das denúncias de superfaturamento das obras.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o Plenário, seja realizada Audiência Pública nesta Comissão, com a presença da Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, Solange Paiva Vieira, com objetivo de prestar esclarecimentos referentes ao contrato do aeroporto de Vitória, bem como nova licitação e das denúncias de superfaturamento da obra.

Solicito, também, sejam convidados para a referida Audiência Pública, o representante do Tribunal de Contas da União – TCU, o Ten. Brigadeiro do Ar Cleonilson Nicário Silva, da INFRAERO e o representante legal do Consórcio de empresas responsáveis pelas obras (as construtoras Camargo Corrêa, Mendes Júnior e Estacon).

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste requerimento é prestar esclarecimentos referentes ao contrato do aeroporto de Vitória, bem como sobre os procedimentos da nova licitação e das denúncias de superfaturamento das obras. A principal porta de entrada no estado do Espírito Santo é o aeroporto Eurico de Aguiar Salles, apelidado por aeroporto das Goiabeiras, localizado em Vitória.

Construído em 1942 e reformado em 1978, o aeroporto de Vitória está com a capacidade ultrapassada e incapaz de receber a atual demanda. Suas instalações têm condições de abrigar e transportar 570 mil passageiros por ano. Segundo dados da aviação civil, houve um crescimento de mais de 22%, causando um desconforto para os passageiros que utilizam da infra-estrutura do local.

Diante desse cenário, a esperança de melhoria veio com as obras de ampliação e modernização do aeroporto das Goiabeiras. Cujas a ordem de serviço foi assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2005. Porém, meses depois, uma auditoria do TCU detectou vestígio de superfaturamento em alguns itens, e o consórcio responsável pela obra, foi intimado a reduzir em 43,9 milhões o custo do empreendimento. Os principais pontos de irregularidade apontadas pelo relatório é o sobrepreço dos contratados e a não conclusão dos projetos executivos. Os técnicos do tribunal federal apontaram que os preços empregados na obra estão 20% acima dos executados no mercado. A continuidade da obra implicaria risco de danos aos cofres públicos, diz o relatório.

O TCU determinou à Infraero que recolhesse entre 13% a 27% dos valores a serem pagos às empresas como ação cautelar preventiva. Insatisfeito com a decisão do Tribunal de Contas da União, o consórcio suspendeu as obras por inúmeras vezes, o que causou um grande impasse .

O presidente da Empresa Brasileira de Infra estrutura Aeroportuária (infraero), o deputado Carlos Wilson (PT-PE), tinha como ânimo meta de entregar a obra em 2007. Entretanto nem a metade da construção está pronta. Mais de R\$ 100 milhões dos cofres públicos já foram consumidos e as obras do novo terminal estão paralisadas desde meados do ano passado por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). Sob nova administração, a infraero cogitou rescindir o contrato com o consórcio, mas ainda não tomou uma decisão sobre o assunto.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, 23 de abril de 2009

Deputada Sueli Vidigal
PDT/ES